



Relatório da Administração

Desses atendimentos, mais de 75,67% foram realizados através do Sistema Único de Saúde - SUS, privilegiando a população carente da região. O Hospital possui 164 leitos (incluindo as UTIs), sendo que neste exercício obteve 84,07% de taxa de ocupação geral, sendo que a taxa de ocupação SUS foi de 91,29%. O HSL contratou sua produção SUS com o gestor municipal em novembro de 2013. No plano operacional, a assistência pactuou as metas para a prestação de serviços ao município. Ao longo de 2016 realizou o acompanhamento e reavaliou o cumprimento das demandas, metas e indicadores pactuados. O Hospital Santa Lucinda foi também reconhecido como Hospital Estratégico pela Secretaria da Saúde do Governo do Estado de São Paulo. Na Saúde Suplementar estreitou com as operadoras as discussões sobre revisão contratual (incluindo cláusula de reajuste, entre outros), atendendo às exigências da ANS. Tem como objetivo para 2016 iniciar o processo de obtenção da Certificação de Qualidade, tendo em vista os Critérios de qualidade considerados para fins de aplicação do inciso II, do art. 4º da Instrução Normativa - IN nº 61, de 4 de dezembro de 2015, da Diretoria de Desenvolvimento Setorial - DIDES, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Dos eventos de grande relevância, ocorridos em 2016, temos:

- Preparação para Obtenção do IHAC;
- Implantação do sistema de custos (em processo de finalização);
- Indicação do HSL no Incentivo Pro-Residência;
- Revitalização dos leitos SUS, cumprindo com a Visão do HSL;
- Aquisição de sofnetes e poltronas para acomodação Não SUS (NFF);
- Finalização de 02 Emendas Parlamentares e reformulação de 3ª emenda contemplando a aquisição de 49 camas hospitalares (NSP);
- Atuação do grupo de captação de recursos, inicialmente com foco no GTH;
- Manutenção do HSL no Programa SUS/Inteáveis;
- Ampliação de pontos de coleta de cupom fiscal (passamos de 32 em 2015 para 62 pontos);
- Vigilância Sanitária (Estado para Município);
- Substituição de equipamentos de informática (recurso BNDES);
- Intensificação da comunicação com cliente por mídia social;
- Indicação do Fator de Qualidade - ANS.

O resultado contábil do HSL demonstrou em 2016 que o Hospital Santa Lucinda passou por dificuldades no equilíbrio econômico-financeiro, por conta do reconhecimento subfinanciamento da saúde e pelos constantes atrasos de repasses dos recursos. Neste ano de 2016 ficou sem o financiamento das atividades por mais de 04 meses, inclusive não contou com a formalização do convênio no último mês do referido ano. Apesar de todo o ocorrido, não só permaneceu produzindo, conforme se comprometeu com o gestor, por meio do Plano Operativo, parte integrante da contratualização, bem como vem desenvolvendo as atividades sempre pautadas nos dois principais adjetivos que constam em sua Missão: "Humanização e Qualidade". O hospital comprovou através dos faturamentos apresentados em 2016 que possui capacidade operacional para ofertar mais serviços para os gestores. No ano de 2016 foram mais de R\$ 1,3 milhão de produção superior ao teto da Média Complexidade, devidamente reconhecidos pelo gestor municipal, porém sem o devido reconhecimento financeiro. Neste sentido, vemos cada vez mais necessária a participação, de todas as esferas governamentais na atividade assistencial suporte ao SUS, melhorando a condição financeira das instituições de saúde, acompanhando o desenvolvimento das atividades, fiscalizando o cumprimento das metas propostas e contratualizadas e reconhecendo a importância do Hospital Santa Lucinda para a cidade e região.

3) Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação
A DERDIC, da Saúde Suplementar da PUC-SP, vinculada academicamente à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde - FACHS da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo atua em dois eixos: Saúde e Educação.

O atendimento clínico e os programas educacionais são voltados para uma população de vulnerabilidade socioeconômica e abrangem todas as faixas etárias. Seus 133 profissionais (102 profissionais da educação e saúde e 31 administrativos) e 18 estagiários oferecem formação educacional e atendimento clínico de excelência, a uma clientela majoritariamente de baixa renda, além de produzir pesquisa com padrão internacional e de prestar assessoria às organizações afins.

- A DERDIC atendeu no ano de 2016:
 - 102 crianças e jovens em educação regular da Educação Infantil e Ensino Regular;
 - 35 adolescentes/jovens e adultos surdos nas Oficinas de Leitura e Escrita;
 - 156 beneficiários em workshops de Treinamento de Língua Brasileira de Sinais (Libras) à pessoa jurídica;
 - 698 alunos em Cursos Livres de Língua Brasileira de Sinais pessoa física;
 - 45 atendimentos de interpretação para diversas empresas e órgãos públicos;
 - 84 alunos nos Programas de Empregabilidade para Surdos, Curso Aprendiz (17) e Colocação Assista (67);
 - 32 alunos no curso de Certificação CISCO "It Essentials"
- O Centro de Audição, Voz e Linguagem, Centro de Audição CEAC e Serviço Social foram responsáveis pelos seguintes atendimentos:
 - 501 atendimentos inteiramente gratuitos ao "Grupo de Orientação aos usuários e familiares referente às implicações sociais no uso de aparelhos de amplificação sonora (AASI)";
 - 21.295 atendimentos clínicos em saúde auditiva;
 - 2.086 atendimentos nas áreas de voz e linguagem com processo de diagnóstico e terapia;
 - 635 atendimentos realizados pelo Serviço Social em Grupos de Intervenções aos usuários com perfil auditivo, familiares e cuidadores voltado aos indivíduos em situação de vulnerabilidade;
 - 21.295 procedimentos (diagnóstico e tratamento) por ano;
 - 2.413 aparelhos auditivos entregues (convênio SUS) por ano;

4) Desempenho operacional no último quadriênio (2016/2014)

Receita Operacional Bruta	31/12/16	31/12/15	31/12/14
Mensalidades, taxas e inscrições	482.985	457.239	424.422
Cursos extracurriculares	39.272	39.820	38.632
Assistência médico-hospitalar	52.107	55.395	51.568
Subvenções e doações	2.247	2.235	2.809
Outras receitas	25.201	21.453	20.198

Receitas com propriedades para investimento

	601.812	576.142	537.629
--	---------	---------	---------

Deduções

	(78.440)	(70.355)	(60.331)
Bolsas de estudo filantropicas			
Bolsas de estudo (sociais)	(58.242)	(52.605)	(45.301)
Abatimentos concedidos sobre mensalidades	(2.634)	(185)	(333)
Total	(139.316)	(123.145)	(95.965)

Receita Operacional Líquida

	462.496	452.997	441.664
Custos diretos e indiretos com atividades educacionais	(204.387)	(192.095)	(195.772)
Custos diretos com atividades hospitalares	(32.816)	(36.633)	(34.818)
Custos com mercadorias vendidas	-	39	(39)
Custo do Serviço Prestado	(237.203)	(228.689)	(230.629)
Superavit Bruto	225.293	224.308	211.035

Despesas Operacionais

	(118.347)	(108.118)	(108.316)
Salários, férias e encargos sociais			
Despesas com serviços de terceiros	(31.801)	(29.357)	(28.712)
Administrativas e gerais	(25.935)	(24.985)	(22.435)
Pesquisas e desenvolvimento científico	(1.828)	(1.461)	(1.726)
Total Despesas Operacionais	(177.911)	(163.921)	(161.229)

Result. Operacional antes Indenizações, Dev. Duvidosos, Depreciação e Resultado Financeiro

	47.382	60.387	49.806
CEPAC - Certificado de Potencial Adicional de Construção	-	35.060	-
Aviso prévio e indenizações	(4.263)	(10.005)	(11.465)
Depreciações e amortizações	(9.141)	(10.323)	(7.222)
Resultado financeiro líquido	(20.006)	(21.986)	(20.574)
Despesas com devedores duvidosos e processos judiciais	(9.579)	14.861	(8.223)
Outras (despesas) operacionais	(1.133)	(749)	(304)
Diferenças salariais	(3)	(214)	(1.032)
Resultado do Exercício	3.257	67.031	986

Conforme demonstrado no quadro acima, e com base nas informações das Demonstrações Financeiras, em 2016 a Fundação manteve a geração de superavit líquido, e continua gerando resultados operacionais positivos, possibilitando a continuidade da amortização de dívidas contraídas em períodos anteriores. A instituição entende que a manutenção desse patamar de resultado operacional aponta para constante planejamento e eficaz administração para enfrentar o futuro, capazes de manter e consolidar o bom desempenho na educação superior que se apresenta cada vez mais competitiva.

A receita líquida operacional de 2016 foi de R\$ 462,5 milhões e apresenta uma elevação de 2,1% quando comparada com o período imediatamente anterior, porém se destaca o aumento de R\$ 13,7 milhões no montante de bolsas de estudo concedidas aos alunos de graduação, pós-graduação e educação continuada. No período a instituição alcançou um resultado operacional de R\$ 47,3 milhões o que demonstra a manutenção do crescimento e na busca pela sustentabilidade econômica e financeira da Fundação. A melhoria na captação de receitas possui um reflexo direto com o aumento do resultado operacional da instituição.

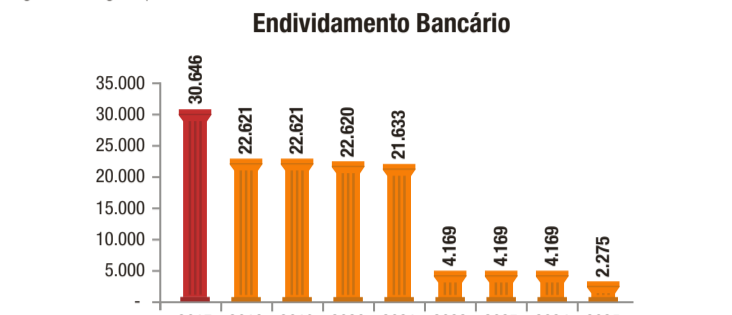
Para mantermos os níveis de resultado operacional, em volume suficiente para manutenção das atividades, amortização da dívida, investimentos e, principalmente, a continuidade do processo de sustentabilidade é necessária a manutenção das medidas de controle financeiro e operacional já tomadas.

No âmbito operacional, a instituição continuará a implementação das medidas de adequação da estrutura operacional e de custos ao atual volume de matrículas, compatibilizando-as através das premissas contábeis no orçamento para o ano de 2017.

A Fundação manterá em 2017 os procedimentos iniciados em anos anteriores que visem à obtenção de êxito em negociações complexas de passivos contingentes, especialmente aqueles registrados para causas trabalhistas. No último triênio a instituição atingiu resultado líquido superavitário, fato este que evidencia que a Fundação manteve o foco em seu controle orçamentário, demonstrando a eficácia em seus controles econômicos e financeiros.

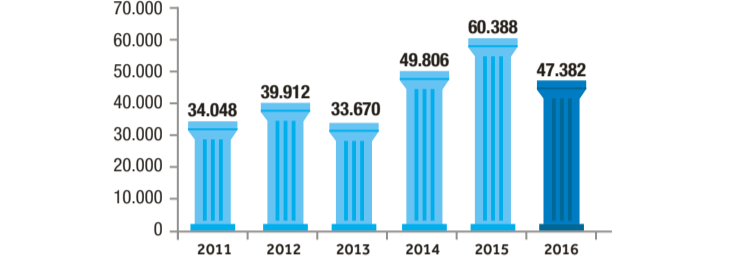
Em 2015 a Fundação, dando continuidade ao seu planejamento financeiro, obteve êxito na reestruturação de suas dívidas através de captação de recursos junto ao BNDES que serão destinados para melhorias de sua infraestrutura e seu parque tecnológico, bem como, para amortizar dívidas contraídas junto às instituições financeiras privadas.

O gráfico a seguir apresenta os montantes vencidos da dívida bancária ao final do exercício de 2016:



A manutenção do resultado operacional em níveis positivos permite à Instituição honrar compromissos assumidos e ainda arcar com o pagamento dos encargos financeiros dessa dívida. A seguir demonstramos os resultados operacionais gerados pela Fundação nos últimos exercícios operacionais:

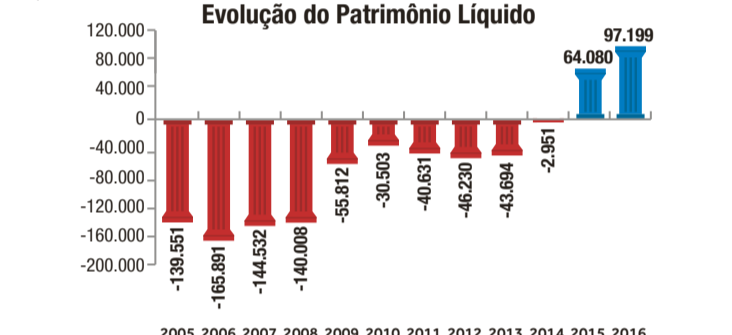
Resultado Operacional antes Indenizações ACLD, Depreciação, Resultado Financeiro



Estes resultados contribuem para que a Fundação consiga honrar seus compromissos juntos aos credores, bem como investir em melhorias de infraestrutura de seus campi.

A efetivação e o monitoramento do planejamento estratégico organizacional e a busca de medidas que possibilitem o melhor controle dos gastos (investimentos, custos e demais despesas) no médio e longo prazo promove a continuidade dos resultados operacionais e líquidos positivos.

A evolução do patrimônio líquido indica que no ano de 2016 a Fundação manteve um acréscimo patrimonial decorrente novamente de resultado líquido positivo, bem como houve o reconhecimento de ajustes patrimoniais oriundos de propriedades para investimentos, e em isso manteve a consolidação da reversão da situação de passivo a descoberto. Destaca-se que essa reversão é oriunda de grandes esforços despendidos pela Administração no tocante a melhorias em seus processos de gestão, no monitoramento e no controle que aperfeiçoem a utilização dos recursos (humanos, tecnológicos e materiais) sem perder a sua excelência e qualidade. Por fim, destaca-se também a administração de seu patrimônio imobiliário.



Os professores da PUC-SP trabalham sob o regime de um contrato diferenciado das outras universidades privadas. Todo o professor da PUC-SP dispõe de horas para pesquisa e produção científica, além das aulas, gerando uma condição de trabalho e remuneração maiores que aquelas estabelecidas pelo sindicato da categoria. É este diferencial que faz da Universidade, referência nacional e internacional no mundo acadêmico.

A Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, conforme preconiza seu estatuto, não tem fins lucrativos, e aplica integralmente seu resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, e assume firmemente diretrizes de sustentabilidade mantendo sua identidade de excelência acadêmica e compromisso social.

Com 70 anos de existência, a instituição apresenta um passado digno e comprometido com a sociedade brasileira e um futuro promissor caracterizado pelo compromisso social e pela qualidade e excelência acadêmica, conquistadas com a busca contínua da convergência entre interesse, compromisso e virtude, que fazem de suas atividades um fator de desenvolvimento das pessoas, da sociedade e do país, semeando terreno fértil para seu próprio crescimento.

Construir e consolidar são os verbos que pautarão nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2017

Secretaria Executiva da Fundação São Paulo
Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Receita Operacional Líquida		22	462.497
Custo do Serviço Prestado		23	(237.203)
Superavit Bruto			225.294
Receitas (Despesas) Operacionais			
Com pessoal	24	(122.613)	(118.338)
Gerais e administrativas	25	(25.935)	(24.985)
Com serviços de terceiros	26	(31.801)	(29.357)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5, 2 e 6	7.439	(1.171)
Provisão para processos e contingências judiciais	17 e 20	(17.023)	(16.032)
Depreciações e amortizações	10 e 11	(9.132)	(10.323)
Pesquisas e desenvolvimento científico		(1.828)	(1.461)
Outras (despesas) receitas, líquidas	9	(1.138)	34.311
Total		(202.031)	(135.292)
Superavit Operacional antes do Resultado Financeiro			23.263
Receitas financeiras	27	21.459	14.510
Despesas financeiras	27	(41.465)	(36.496)
Superavit do Exercício			3.257

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Superavit do Exercício		3.257	67.031
Outros Resultados Abrangentes			
Outros itens que serão revertidos ao resultado do exercício:			
Realização de avaliação patrimonial	(8.861)		(8.861)
Diferença entre valor contábil e valor justo de terrenos transferidos de imobilizado para propriedades para investimentos	12.b) e 21	30.976	-
Superavit Abrangente Total do Exercício		25.372	58.170

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Valores recebidos dos clientes	429.397	411.091
Pagamentos de obrigações sociais e trabalhistas	(325.895)	(314.029)
Pagamentos a fornecedores de materiais e serviços	(89.512)	(102.320)
Pagamentos de obrigações, impostos, taxas e tributos	(6.855)	(7.841)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	7.137	(13.099)
Outros recebimentos/pagamentos:		
Recebimentos de aluguéis	4.666	3.429
Recebimentos de subvenções	3.673	866
Recebimentos de doações	438	544
Recebimentos de inscrições e concursos	7.085	6.905
Outros recebimentos	5.811	10.765
Despesas bancárias pagas	(1.721)	(1.622)
Pagamentos de processos judiciais	(8.953)	(8.348)
pagamentos de depósitos judiciais	(1.461)	-
Juros pagos s/empréstimos e financiamentos	(16.726)	(17.323)
Caixa líquido gerado pelas (atitudes nas) atividades operacionais	(51)	(17.883)

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Compras de imobilizado	(25.840)	(5.656)
Compras de intangível	(510)	(665)
Resgates/Aplicações financeiras de longo prazo	7.515	(389)
Recebimento na venda de ativo imobilizado	656	-
Juros recebidos	7.098	8.117
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(11.081)	1.407

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento
Amortização de empréstimos e financiamentos
Caixa líquido gerado pelas (atitudes nas) atividades operacionais
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento
Aumento (Redução) no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa
No início do exercício
No final do exercício
Aumento (Redução) no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

sobre o resultado, em conformidade com o disposto nos artigos 150, VI, "c", e artigo 195, §7º, ambos da Constituição Federal, e de acordo com o artigo 170 do Regulamento de Imposto de Renda- RIR, aprovado pelo Decreto Federal nº 5.000 de 26 de março de 1995.
(II) Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF - artigo 2º, §3º, as operações realizadas pelas instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que vinculadas às suas finalidades essenciais, não se submetem à incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. Para atestar tal situação as instituições financeiras com as quais realiza operações, a Fundação envia-lhes Declaração de que é imune, não estando sujeita à incidência desse imposto sobre as referidas operações.
Quanto ao IRRF, a Lei Federal nº 9.532/1997, em seu artigo 12, §1º, prevê que os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável pelas

A administração da Fundação São Paulo, fundação de direito privado, filantropia e de natureza comunitária, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, orientada, fundamentalmente, pelos princípios da Doutrina e da Moral Católica e comprometida com o Plano Pastoral da Arquidiocese de São Paulo, atendendo às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Instituição, elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Mensagem da Administração da Fundação São Paulo

A Fundação São Paulo, ciente da sua responsabilidade para com a Igreja e a Sociedade Brasileira, vem atuando na manutenção da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com zelo e rigor.

As atividades de ensino, pesquisa e assistência social, prestando relevantes serviços à comunidade na qual está inserida, com destacada atuação nas áreas social, da saúde, educação, pesquisa e cultura. Para manter a função em finalidade de lucro as seguintes condições devem ser adotadas pela Fundação, as quais estão sendo rigorosamente cumpridas:

• Não remunerar, por nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados.
• Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais.
• Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, assim como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
e) Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos.

Unidade educacional - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP

Seus objetivos principais são:
• A assistência social desenvolvida por meio de programas de inclusão, desenvolvimento e transformação.
• A formação de profissionais técnicos e científicos de nível superior, pós-graduação e extensão universitária, abertos aos valores de cooperação responsável, de justiça e dignidade humana, sensíveis aos problemas do País e às implicações de sua profissão.
• Outras atividades de caráter cultural, social, filantropico e de pesquisa científica.

Entre as principais atividades desenvolvidas destacam-se os cursos de graduação, pós-graduação, especialização e extensão universitária, os diversos núcleos de pesquisa, a participação no desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas, os programas e projetos sociais e o atendimento clínico e hospitalar.

A PUC-SP conta com 6 campi universitários; sendo cinco localizados no município de São Paulo: Perdizes, Consolação, Ipiranga, Santana e Vila Mariana e um no interior: Sorocaba.

Objeto Social e Missão
A Fundação São Paulo, pessoa jurídica de direito privado, instituída em 1945, tendo sido seu instituidor o Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, então Arcebispo Metropolitano de São Paulo, é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida com o caráter de utilidade pública e filantropia, tendo caráter educacional, assistencial, cultural e comunitário, dedicando-se à pesquisa científica. Em 13 de agosto de 1946, constituiu a **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)**, instalada no dia 22 do mesmo mês e ano, da qual é mantenedora, instituição de ensino superior, pesquisa e cultura, atuando nos segmentos de assistência social e filantropia, tendo como objetivos a educação, o amparo, a inserção e a transformação social através de programas e atividades específicas que se coadunam com valores voltados à justiça e à dignidade humana, conforme disposto no artigo 2º de seu Estatuto Social.

A Fundação São Paulo cumpre sua missão aplicando integralmente os recursos arrecadados em suas finalidades, não remunerando dirigentes e prestando relevantes serviços à sociedade em suas áreas de atuação.

Estrutura, Desempenho e Atuação
1) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
A Fundação São Paulo vem atuando diretamente junto à PUC-SP no sentido de adequar a estrutura da instituição para manutenção e ampliação de seus objetivos, mantendo o equilíbrio e sustentabilidade acadêmica, administrativa e financeira.

No decorrer dos últimos anos a Fundação São Paulo, através de seu Conselho Superior, consolidou o seu estatuto, bem como, aprovou a reformulação do estatuto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Neste momento trata do aperfeiçoamento destes estatutos.

A Universidade em sua estrutura conta atualmente com 6 campi, unidades suplementares (Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação - DERDIC e o Hospital Santa Lucinda - HSL localizadas em municípios de Sorocaba/SP), bem como, com a Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão - COGEAE, entre outras coordenadorias. Seus campi são 05 na capital: Monte Alegre - Marquês de Paranaguá - Santana - Ipiranga - Vila Mariana; e 01 no interior, em Sorocaba/SP.

A Pós-Graduação stricto sensu da PUC-SP conta com 27 Programas de Estudos, vinculados às respectivas Faculdades, de acordo com a área epistemológica do conhecimento. Tem por finalidade a formação de pessoal qualificado para a educação superior e/ou para a atuação no mercado de trabalho, incluindo-se em três possíveis níveis de formação: mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado. A política da pós-graduação é discutida no âmbito da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa, da Comissão de Ensino e Pesquisa e do Conselho Universitário. A Instituição atua também na Pós-Graduação lato sensu, com diversos cursos de especialização, significativamente na área do Direito.

A instituição mantendo seu compromisso com a excelência acadêmica possibilitou a titulação a novos mestres e doutores. Em 2016, foram defendidas 714 dissertações de mestrado acadêmico, 59 de mestrado profissional e 479 teses de doutorado. Foram também formados 807 especialistas. Além disso, a instituição mantém a política de melhorar suas instituições acadêmicas e ofertar cursos que atendam as demandas da sociedade. Em 2016, após a inscrição dos alunos inclusive PROUNI, a Instituição contava com 22.926 alunos conforme descrito abaixo:

	2016
Alunos de graduação	13.657
Alunos de pós-graduação (Stricto Sensu)	3.440
Alunos de especialização (Lato Sensu)	2.989
Alunos de extensão, aperfeiçoamento e aprimoramento	2.840

Sua estrutura conta ainda com o seguinte quadro de colaboradores ativos:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

instituições de educação ou de assistência social não estão abrangidos pela imunidade. Todavia, a vigência desse dispositivo, entre outros, foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão liminar proferida no bojo da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN nº 1.802-3/1998. Com isso, até o julgamento final dessa ação direta de inconstitucionalidade ou enquanto estiver vigente a liminar, não haverá a incidência do referido imposto sobre tais rendimentos. Para atestar tal situação as demonstrações financeiras em que não possui as citadas aplicações, a Fundação envia-lhes a Declaração sobre a sua imunidade, a força da suspensão de tais dispositivos legais.

(III) Programa de Integração Social - PIS

A Fundação, por constituir uma instituição de educação e de assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532/1997, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, estaria obrigada ao pagamento de contribuição para o PIS, calculada sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e com o Decreto Federal nº 4.524/2002. Todavia, a Fundação propôs a Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária com Pedido de Antecipação de Tutela nº 2000.61.00.008249-2, na qual foi obtida antecipação de tutela em março de 2000, garantindo o não recolhimento do PIS. No bojo dessa ação, foi ajuizada a Ação Cautelar Incidental nº 2009.03.00.035294-0, em que a Fundação obteve liminar em outubro de 2009, para suspensão da exigibilidade do crédito tributário em questão, decisão que permanece vigente. Em 23 de fevereiro de 2017, o STJ concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário 566.622, com repercussão geral, que fundamenta o sobrestamento da Ação Declaratória do PIS proposta pela FUNDASP em 2000, acima citada, bem como das quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade relacionadas à matéria. O Tribunal entendeu que os requisitos para a imunidade devem estar previstos em lei complementar, sendo inconstitucional a exigência de requisitos por lei ordinária. Aguarda-se a publicação do acórdão, com o teor exato da tese fixada no julgamento. O julgamento beneficia a Fundação, pois tem impacto direto e favorável na ação que possui em andamento.

(IV) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS

A Fundação, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, beneficiante e de assistência social, goza do benefício da isenção da contribuição do COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Fundação, de acordo com as Leis nº 9.718/1998 e nº 10.833/2003, com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e o Decreto Federal nº 4.524/2002.

(V) Imposto Sobre Serviços - ISS e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU
A Fundação possui relacionamento de imunidade de ISS e IPTU deferido por parte da Prefeitura do Município de São Paulo até o exercício de 2015, cujos despachos de deferimento foram publicados no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. A partir do exercício de 2015, inclusive, a imunidade passou a ser atestada por meio da Declaração de Imunidade Tributária emitida por meio do Sistema de Declaração de Imunidades - SDI, da Prefeitura Municipal de São Paulo/Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, instituída pelo Decreto Municipal nº 56.141/2015 e disciplinada pela Instrução Normativa da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico nº 07/2015. A situação de imunidade da Fundação em relação aos impostos de competência municipal é atestada pela Declaração nº 2015-001211/CP01, com vigência de 24 de dezembro de 2015 a 13 de janeiro de 2016, retificada por meio da Declaração nº 2016-0010182/CM01, com vigência de 13 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2017.

(VI) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

A Fundação, por ser detentora do CEBAS vigente, é imune ao recolhimento da contribuição previdenciária patronal. Em contrapartida, a legislação exige que a Fundação invista 20% (vinte por cento) da receita anual efetivamente recebida em educação (bolsas de estudo), cuja regra se aplica a 1 bolsista para cada 5 alunos pagantes, conforme determina a Lei nº 12.101/2009 alterada pela Lei nº 12.868/2013. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na nota explicativa nº 30.

(VII) Benefícios do Programa Universidade para Todos - PROUNI
O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213/2004, convertida na Lei Ordinária nº 11.096/2005, e regulamentado pelo Decreto nº 5.493/2005, com a finalidade de conceder bolsas integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos.

A gestão do PROUNI cabe ao MEC, com o qual a Fundação firmou Termos de Adesão para cada um dos campi (o de Perdizes fora firmado em novembro de 2004, para vigorar a partir do 1º semestre de 2005), com prazo de vigência de 10 (dez) anos. Com o término dessa vigência, foram firmados em dezembro de 2004, para início da vigência no 1º semestre de 2015, Termos de Renovação de Adesão para todos os campi, por igual período de 10 (dez) anos, conforme disposto no artigo 5º, §1º, da Lei Federal nº 11.096/2005. A Fundação utiliza o PROUNI na composição de suas gratuidades para o cumprimento do dever de aplicação de recursos em bolsas de estudos.

1.3. Situação patrimonial e demonstrações financeiras

Conforme apresentado nas demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016, a Fundação, dando continuidade ao plano de melhoria da situação patrimonial e financeira, apresenta capital circulante líquido negativo em R\$2.047 (R\$7.833 negativo em 31 de dezembro de 2015) e patrimônio líquido de R\$97.199 (R\$64.080 em 31 de dezembro de 2015 - representado). Os planos da Administração para manter o equilíbrio de sua situação patrimonial são:

- Expandir a receita pela captação de novos alunos e novos cursos;
- Melhorar a retenção dos alunos nos principais cursos;
- Corrigir as menssaldades a fim de estar alinhada aos índices de atualização dos principais custos da Fundação;
- Reduzir as despesas e os custos com pessoal;
- Analisar a margem de contribuição de cada curso, avaliando, semestralmente, quais cursos devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados;
- Manter o parcelamento dos tributos federais pelo Programa de Recuperação Fiscal - REFIS I, que permite a adimplência fiscal por meio do pagamento de uma parcela mensal compatível com a realidade financeira da Fundação;
- Intensificar a participação de programas governamentais (bolsas), melhorando o fluxo financeiro de recebimento;
- Melhorar o processo de cobrança e acompanhamento das contas a receber, reduzindo o nível de inadimplência;
- Buscar novas fontes de financiamento privado estudantil aos alunos que se encontram com dificuldade financeira;
- Usar a evolução contínua dos processos administrativos financeiros de forma a agilizar as rotinas internas;
- Ampliar o nível de controle dos recursos pertencentes à Fundação;
- Manter práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário;
- Renovar e atualizar seus recursos tecnológicos;
- Investir em melhorias de infraestrutura nos diversos campi, bem como no HSL.

O conjunto dessas ações faz parte do planejamento de equilíbrio econômico e financeiro da Fundação, que visa eliminar dívidas trabalhistas e reduzir os passivos tributários, bem como reduzir o volume de endividamento bancário.

Diversas ações, como as descritas anteriormente, no sentido de manter o equilíbrio econômico e financeiro, vem sendo tomadas, no contexto da sólida gestão da Fundação, as quais continuarão sendo executadas ao longo de 2017, permitindo um melhor equilíbrio de caixa e, com isso, recuperação da sua capacidade de investimento, possibilitando a continuidade e o aumento dos investimentos na qualificação contínua do seu quadro de colaboradores e instalações físicas.

A Administração da Fundação acredita que todas essas medidas trarão os resultados esperados e proporcionarão a equalização do fluxo financeiro de curto, médio e longo prazos.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo CFC.

A Administração da Fundação declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Fundação é o real - R\$, mesma moeda da preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.4. Reconhecimento de receitas e bolsas de estudo concedidas

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos (nota explicativa nº 22).

a) Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Fundação e quando puder ser mensurada de forma confiável e com competência.

As receitas com contribuições de alunos (menssaldades) são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios levando-se em consideração os períodos de referência.

As receitas incluem menssaldade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), menssaldades dos cursos de especialização e extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em concursos e vestibulares.

b) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas com base na totalidade das receitas efetivamente recebidas, incluindo ainda os créditos públicos provenientes do Financiamento Estudantil - FIES e financiamento estudantil, atendendo às determinações da Lei nº 12.101/2009 (com as alterações advindas da Lei nº 12.868/2013), do Decreto Federal nº 2.536/1998 e da Lei nº 11.096/2005 que introduziu o PROUNI, bem como a legislação pertinente à filantropia. Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos por meio do método prático e de forma segregada das receitas a que se referem.

Alteração na legislação do FIES

Em dezembro de 2014, o MEC definiu as Portarias Normativas nº 21 e nº 23 que modificaram principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM para os alunos ingressantes a partir de março de 2015. O principal impacto medido pela Fundação refere-se ao desconto de 5% (cinco por cento) instituído pelo Governo para o repasse do crédito.

c) Prestação de serviços médicos

Os procedimentos médicos concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final (particular ou plano de saúde), sendo reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Os procedimentos médicos que se encontram em curso e não podem ser finalizados, até o encerramento das demonstrações financeiras, são avaliados e quantificados, sendo reconhecidos pelo regime de competência.

d) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro, ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

e) Subvenções e doações

As receitas oriundas de subvenções e doações são registradas conforme determina a ITG 2002 (entidades sem fins lucrativos), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos e cumprida todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção.

f) Receita diferida - matrículas

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência desse tratamento, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

2.5. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Fundação for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao, ou deduzidos, do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

2.5.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

A Fundação tem os seguintes ativos financeiros classificados nas categorias descritas anteriormente:

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é material.

A Fundação tem os seguintes ativos financeiros classificados nessa categoria: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, bolsas restituíveis e outras contas a receber.

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Fundação tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

A Fundação tem os seguintes ativos financeiros classificados nessa categoria: aplicações financeiras e investimento.

2.5.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros. A Fundação determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor recuperável.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros classificados nessa categoria: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa
Os equivalentes de caixa são entendidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Fundação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Aplicações financeiras

Os recursos classificados como títulos e valores mobiliários referem-se a valores aplicados com vencimento superior a 90 (noventa) dias e que não possuem perspectiva de serem utilizados pela Administração antes dos vencimentos previamente estabelecidos.

2.8. Contas a receber

Apresentamos os valores de realização, deduzidos do ajuste para créditos de liquidação duvidosa, que é constituído com base na análise dos riscos de realização das contas a receber.

As contas a receber são segregadas e compostas pelos segmentos educacional (menssaldades, acordos celebrados com estudantes de menssaldades vendidas e em cobranças judiciais) e hospitalar (procedimentos médicos a receber de convênios ou particulares).

2.9. Estoque

Os estoques referem-se aos medicamentos e materiais médico-hospitalares utilizados na prestação de serviços de saúde no HSL e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método de média ponderada móvel e, em geral, compreende materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo e outros produtos relacionados à atividade hospitalar.

Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.

2.10. Imobilizado

Terenos e edificações compreendem, principalmente, as unidades educacionais e o complexo hospitalar onde são desenvolvidas as operações da Fundação, os quais são demonstrados pelo valor de custo, deduzidos da depreciação acumulada. Os demais bens estão apresentados ao custo histórico de aquisição, acrescidos dos gastos necessários à entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou das peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos	Taxa de depreciação anual
Edificações	25 a 64 anos	1,56% a 4,0%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10,0%
Móveis e utensílios	10 anos	10,0%
Equipamentos de informática	5 a 8 anos	12,5% a 20,0%
Ferramentas	10 anos	10,0%
Biblioteca	10 anos	10,0%
Instalações	10 anos	10,0%
Benefícios em imóveis próprios	25 a 64 anos	1,56% e 4,0%
Benefícios em imóveis de terceiros	5 anos	20,0%
Equipamentos hospitalares	5 a 20 anos	5,0% a 20,0%
Veículos em uso	7 anos	14,28%
Enxoval hospitalar	3 anos	33,34%

A vida útil dos ativos é revisada nas datas de encerramento dos exercícios, não tendo ocorrido alterações significativas em relação à vida útil estimada no exercício anterior.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se este valor for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.11. Intangível - softwares

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de dez anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.12. Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 12.

As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos de transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. As variações (ganhos ou perdas) resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período no qual as mudanças ocorreram, especificamente em conta destacada no grupo "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas". As avaliações foram efetuadas por especialistas independentes externos.

O valor justo das propriedades para investimento não reflete os investimentos futuros em capital fixo que aumentem o valor das propriedades, tampouco os benefícios futuros relacionados derivados desses dispêndios futuros.

2.13. Provisões**2.13.1. Geral**

Provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e um valor contábil do valor da obrigação pode ser feita. A resposta relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

2.13.2. Provisões para riscos judiciais

A Fundação é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos será feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor pode ser feita. Vide nota explicativa nº 3.2.a).

2.14. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.15. Normas e interpretações novas e revisadas em vigor em 2016

Pronunciamentos

Alterações à IFRS 10/CPC 36, Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação

IFRS 12/CPC 45 e IAS 28/CPC 40, Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas

Alterações à IAS 1/CPC 26, Iniciativa de Divulgação

A Administração da Fundação avaliou essas novas normas e interpretações e a conclusão é que não houve impacto nas demonstrações financeiras do exercício corrente e anteriores.

2.16. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Fundação não adotou as IFRS novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

Pronunciamentos

IFRS 9/CPC 48, Instrumentos Financeiros (b)

IFRS 15/CPC 47, Receitas de Contratos com Clientes (b)

IFRS 16, Arrendamentos (c)

Alterações à IFRS 2/CPC 10, Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações

Alterações à IFRS 10/CPC 36 e IAS 28/CPC 18, Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" (d)

Alterações à IAS 7/CPC 3, Iniciativa de Divulgação (d)

Alterações à IAS 12/CPC 32, Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar (a)

IFRIC 22, Transações com Adiantamentos em Moedas Estrangeiras (b)

Melhorias Anuais, Ciclo de IFRSs 2014-2016 (a) (b)

Alterações à IAS 40/CPC 28, Transferência de Propriedades de Investimentos (b)

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

(d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

A Administração da Fundação ainda não avaliou as novas normas, mas não espera impactos significativos em virtude da natureza desses pronunciamentos.

3. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas**3.1. Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Fundação requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

3.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas datas de encerramento dos exercícios, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir:

a) Provisões para riscos judiciais

A Fundação reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

b) Revisão da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis

Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados e amortizados com base no método linear, considerando as taxas que se aproximam da vida útil-econômica dos bens, anualmente revisadas.

A Fundação avaliou a vida útil-econômica desses ativos e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2016.

c) Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber de alunos e pacientes, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consequência que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perdas estimada nas demonstrações financeiras em montante suficiente para cobrir a perda provável.

Créditos e diretrizes adotadas para mensuração das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

• Menssaldades a receber

Compreendem os créditos a receber decorrente da prestação de serviços educacionais. Nesta rubrica não constam valores devidos pelos alunos decorrentes de bolsa de estudo. Destaca-se que eventual negociação de dívida por parte do aluno terá o seu registro contábil efetuado de forma que o crédito a receber seja transferido para outros ativos, como é o caso do Instrumento de Confissão de Dívida (ICD).

Mensuração: inicialmente, para esses recebíveis foram levantados os valores que se encontram em aberto e prescritos na data-base das demonstrações financeiras. Com isso apurou-se o percentual de inadimplência histórico ocorrido para os recebíveis. Para os débitos prescritos mensurou-se a totalidade dos valores em aberto, ou seja, mensuração de 100% dos valores em aberto para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Posteriormente, em conformidade com este índice histórico, e tendo como base de valor o real ativo possível de realização, mensurou-se os valores que podem ficar em aberto. Aplicou-se o percentual histórico dos débitos prescritos para os ativos relativos ao período não prescrito de (2012 a 2016).

• Bolsas de estudos a receber

Compreendem os créditos a receber decorrente de recebimentos efetuados por cheque, e no qual não houve o compromisso financeiro honrado pelos alunos. No ano de 2010 esta modalidade de recebível foi substituída pela emissão efetiva de bolet

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

10.2. Movimentação dos custos e das depreciações acumuladas 31/12/2015 (Reapresentado) Adições Baixas Transferências 31/12/2016

16. Mensalidades Antecipadas Mensalidades antecipadas Outras receitas antecipadas Total

28. Instrumentos Financeiros Gerenciamento dos riscos financeiros Visão geral

Depreciação Edificações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Equipamentos de informática Ferramentas Biblioteca Instalações

17. Processos Judiciais a Pagar Acordo judicial - diferenças salariais (*) Outros acordos judiciais

Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Contas a receber de alunos

(a) Terrenos transferidos para a rubrica de propriedades para investimento, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

20. Provisões para Riscos Judiciais A Fundação é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e instâncias administrativas.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - a política de gestão de risco corporativo determina que a Fundação avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e às propostas de mitigação de risco.

10.3. Garantias Os terrenos e suas edificações encontram-se vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos como parte das garantias apresentadas às instituições financeiras.

20.1. Movimentação Cíveis Trabalhistas Total

Passivos financeiros não derivativos Empréstimos e financiamentos Fornecedores

11. Intangível Movimentação dos custos e das amortizações acumuladas 2015 Saldo inicial Adições Saldo final 2016 Saldo inicial Adições Saldo final

20.2. Processos trabalhistas Em 31 de dezembro de 2016, a provisão para ações trabalhistas classificadas como de risco de perda provável era de R\$27.886 (R\$23.318 em 2015).

Valor contábil 6 meses ou menos meses 6-12 meses 1-2 anos 2-5 anos Mais de 5 anos

12. Propriedades para Investimentos

Saldo de 31 de dezembro de 2015 (reapresentado) (a) Transferência de terrenos de imobilização (b) Diferença entre valor contábil e valor justo de terrenos transferidos (b)

20.3. Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2016, a provisão para ações cíveis classificadas como de risco de perda provável era de R\$2.294 (R\$1.975 em 2015).

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI

cenário provável cenário I - deterioração de 25% cenário II - deterioração de 50%

13. Empréstimos e Financiamentos

Instalação financeira Natureza Taxa de juros 2016 2015 Banco Bradesco S.A. BNDES De 4,00% a.a. até 7,5% a.a. + TJLP

Risco de perda

Provável Possível Total Quantidade R\$ Quantidade R\$

Ativos mensurados pelo valor justo

Ativos mensurados pelo custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras

13.1. Composição das parcelas de longo prazo

Instalação financeira 2016 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025 Total

Risco de perda

Provável Possível Total Quantidade R\$ Quantidade R\$

Ativos mensurados pelo custo amortizado:

Empréstimos e financiamentos Fornecedores

13.2. Garantias

a) Principais garantias oferecidas para pagamento dos empréstimos citados anteriormente são:

Risco de perda

Provável Possível Total Quantidade R\$ Quantidade R\$

Ativos mensurados pelo custo amortizado:

Empréstimos e financiamentos Fornecedores

14. Salários, Férias e Encargos Sociais a Pagar

Salários a pagar Férias a pagar e encargos a recolher Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher

21. Patrimônio Líquido

Em uma eventual extinção da Fundação, o seu patrimônio remanescente será destinado à outra fundação que tenha a mesma finalidade ou semelhante ao dessa Fundação e, no caso de recusa, tal destinação será feita à fundação registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou, ainda, à fundação qualificada como organização da sociedade civil de interesse público, sempre de acordo com a decisão tomada pelo voto da maioria simples dos membros do Conselho Superior (Estatuto Social, artigo 39, § 2º).

29. Cobertura de Seguros

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que cubram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

15. Tributos Parcelados

FGTS parcelado (a) REFIIS Federal (b) PPI Municipal (c) FGTS parcelado - Lei Complementar nº 110/2001 (d)

22. Receita Operacional Líquida

Receita da unidade educacional Mensalidades, taxas e inscrições Cursos extracurriculares Outras receitas

30. Gratuidade por Meio de Bolsas de Estudo e Projetos

Uma das principais exigências para manutenção da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), principal requisito para fruição da imunidade às contribuições para a seguridade social pela Fundação, é o cumprimento do percentual de gratuidade previsto na Lei nº 12.101/2009.

16. Mensalidades Antecipadas

Mensalidades antecipadas Outras receitas antecipadas Total

23. Custos Diretos Educacionais e Hospitalares

Unidade educacional: Custos educacionais - graduação e pós-graduação Custos com cursos extracurriculares

31. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas, para emissão e publicação, pelo Conselho Fiscal da Fundação em 04 de abril de 2017.

17. Processos Judiciais a Pagar

Acordo judicial - diferenças salariais (*) Outros acordos judiciais

24. Despesas com Pessoal

Salários e ordenados Férias e 13º salário FGTS

32. Despesas Gerais e Administrativas

Água, gás, energia elétrica e telecomunicações Materiais (*) Aluguéis

18. Outras Contas a Pagar

Mensalidades a restituir Recursos de projetos em execução (*) Valores a repassar Contratos de permuta Outros valores a pagar

25. Despesas com Serviços de Terceiros

Segurança e limpeza Serviços de assessoria e consultoria jurídica e administrativa Publicidade e propaganda

33. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

19. Contas a Pagar por Aquisição de Imóvel

Refere-se à aquisição do imóvel localizado na Rua Afonso Celso, nº 671 que se destina a atividades educacionais da Fundação. A aquisição envolve o montante de R\$35.000 e os pagamentos realizados até o final de 2016 totalizam o montante de R\$29.450, restando R\$5.550 a pagar em 31 de dezembro de 2016. Não há correção monetária sobre os valores em aberto.

26. Despesas com Serviços de Terceiros

Segurança e limpeza Serviços de assessoria e consultoria jurídica e administrativa Publicidade e propaganda

34. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

20. Provisões para Riscos Judiciais

A Fundação é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e instâncias administrativas, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras.

27. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

35. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

20.1. Movimentação

Cíveis Trabalhistas Total

28. Instrumentos Financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros Visão geral

36. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

20.2. Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2016, a provisão para ações trabalhistas classificadas como de risco de perda provável era de R\$27.886 (R\$23.318 em 2015).

29. Cobertura de Seguros

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que cubram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

37. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

20.3. Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2016, a provisão para ações cíveis classificadas como de risco de perda provável era de R\$2.294 (R\$1.975 em 2015).

30. Gratuidade por Meio de Bolsas de Estudo e Projetos

Uma das principais exigências para manutenção da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), principal requisito para fruição da imunidade às contribuições para a seguridade social pela Fundação, é o cumprimento do percentual de gratuidade previsto na Lei nº 12.101/2009.

38. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

Risco de perda

Provável Possível Total Quantidade R\$ Quantidade R\$

31. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas, para emissão e publicação, pelo Conselho Fiscal da Fundação em 04 de abril de 2017.

39. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

Risco de perda

Provável Possível Total Quantidade R\$ Quantidade R\$

40. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

41. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

13.1. Composição das parcelas de longo prazo

Instalação financeira 2016 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025 Total

42. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

43. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

13.2. Garantias

a) Principais garantias oferecidas para pagamento dos empréstimos citados anteriormente são:

44. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

45. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

13.3. Indicadores financeiros a serem atendidos

Em decorrência da captação dos empréstimos anteriormente mencionados, a Fundação precisa manter índices financeiros relacionados ao EBITDA (sigla em inglês para "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization"), ajustado conforme condições específicas descritas nos respectivos documentos firmados com as instituições financeiras, conforme a seguir descrito:

46. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

47. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

14. Salários, Férias e Encargos Sociais a Pagar

Salários a pagar Férias a pagar e encargos a recolher Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher

48. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

49. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

15. Tributos Parcelados

FGTS parcelado (a) REFIIS Federal (b) PPI Municipal (c) FGTS parcelado - Lei Complementar nº 110/2001 (d)

50. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

51. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

16. Mensalidades Antecipadas

Mensalidades antecipadas Outras receitas antecipadas Total

52. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

53. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

17. Processos Judiciais a Pagar

Acordo judicial - diferenças salariais (*) Outros acordos judiciais

54. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

55. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

18. Outras Contas a Pagar

Mensalidades a restituir Recursos de projetos em execução (*) Valores a repassar Contratos de permuta Outros valores a pagar

56. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

57. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

19. Contas a Pagar por Aquisição de Imóvel

Refere-se à aquisição do imóvel localizado na Rua Afonso Celso, nº 671 que se destina a atividades educacionais da Fundação. A aquisição envolve o montante de R\$35.000 e os pagamentos realizados até o final de 2016 totalizam o montante de R\$29.450, restando R\$5.550 a pagar em 31 de dezembro de 2016. Não há correção monetária sobre os valores em aberto.

58. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

59. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

20. Provisões para Riscos Judiciais

A Fundação é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e instâncias administrativas, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras.

60. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

61. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

20.1. Movimentação

Cíveis Trabalhistas Total

62. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

63. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

20.2. Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2016, a provisão para ações trabalhistas classificadas como de risco de perda provável era de R\$27.886 (R\$23.318 em 2015).

64. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

65. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas Receitas com aplicações financeiras

20.3. Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2016, a provisão para ações cíveis classificadas como de risco de perda provável era de R\$2.294 (R\$1.975 em 2015).

Secretaria Executiva	Conselho Fiscal	Contabilidade e Controladoria
José Rodolpho Perazzolo Secretário Executivo da Fundação São Paulo João Júlio Farias Júnior Secretário Executivo da Fundação São Paulo	Edineide Maria de Oliveira Presidente do Conselho Fiscal Francisco de Assis Alves Membro do Conselho Fiscal Walter Barelli Membro do Conselho Fiscal	Edivaldo Batista da Silva Contador - CRC 1SP212622/O-2 José Olímpio Cardoso Neto Controller - CRC 1SP181828/O-5

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Conselho Superior e aos Administradores da Fundação São Paulo

Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação São Paulo ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação São Paulo em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Reapresentação das demonstrações financeiras
 Em 21 de março de 2016, emitimos um relatório de auditoria sobre o conjunto completo das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.3, em decorrência da mudança da prática contábil de suas propriedades para investimentos de mensuração pelo custo de aquisição menos depreciação para mensuração ao valor justo, os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2015 e em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não está ressaltada em razão desse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras
 A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é a responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações. Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar à atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, caso as divulgações sejam inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo suas divulgações, e se representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, sobre o alcance planejado, a época da auditoria e as constatações significativas de auditoria, incluindo as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2017

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
 CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
 Contador - CRC nº 1 SP 257330/O-5



Balanco Social

1 - Identificação		
Nome da instituição: Fundação São Paulo Mantenedora da PUC/SP	De utilidade pública? <input type="checkbox"/> não Se sim, <input checked="" type="checkbox"/> federal <input checked="" type="checkbox"/> estadual <input checked="" type="checkbox"/> municipal	Tipo/categoria: Educação
Natureza jurídica: <input type="checkbox"/> associação <input checked="" type="checkbox"/> fundação <input type="checkbox"/> sociedade Sem fins lucrativos? <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Isenta da cota patronal do INSS? <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)? <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Possui registro no: <input checked="" type="checkbox"/> CNAS <input checked="" type="checkbox"/> MEC <input checked="" type="checkbox"/> COMAS <input checked="" type="checkbox"/> Ministério da Justiça <input checked="" type="checkbox"/> Ministério Público	

2 - Origem dos recursos	2016 Valor (reais)	
Receitas Totais	R\$ 483.956.222,07	100%
a. Recursos governamentais (subvenções)	R\$ 3.044.337,44	0,63%
b. Doações de pessoas jurídicas	R\$ 367.529,72	0,08%
c. Doações de pessoas físicas	R\$ 7.909,51	0,00%
d. Contribuições	R\$ -	0,00%
e. Patrocínios	R\$ 19.261,20	0,00%
f. Cooperação internacional	R\$ -	0,00%
g. Prestação de serviços e/ou venda de produtos	R\$ 437.131.443,30	90,33%
h. Outras receitas	R\$ 43.385.740,90	8,96%

5 - Projetos, ações e contribuições para a sociedade (Vide também item 10)	2016 Valor (reais)	% sobre receita
a. Projetos de Integração e Inclusão Social	R\$ 1.326.336,01	0,27%
	Nº atendimentos: 1.990	
b. Assistência Jurídica	R\$ 1.964.973,11	0,41%
	Nº atendimentos: 11.286	
c. Assessoramento e Capacitação de Educadores Populares e Professores da Rede Pública	R\$ 1.459.737,41	0,30%
	Nº atendimentos: 165	
d. Atendimento Clínico a usuários (Idosos, Crianças e Adolescentes, Pessoas com deficiência, Pessoas em situação de Violência e risco, Luto) e suas famílias	R\$ 12.972.349,93	2,68%
	Nº atendimentos: 39.410	
e. Programas de Amparo e Apoio ao Aluno	R\$ 3.092.553,24	0,64%
	Nº pessoas beneficiadas: 1.542	
Valores totais	R\$ 20.815.949,70	4,30%

7 - Indicadores sobre o corpo funcional	2016
Nº total de empregados(as) ao final do período	2.818
Nº de admissões durante o período	193
Nº de prestadores(as) de serviço	1.602
% de empregados(as) acima de 45 anos	59%
Nº de mulheres que trabalham na instituição	1.561
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	55%
Idade média das mulheres em cargos de chefia	57
Idade média dos homens em cargos de chefia	52
Nº de negros(as) que trabalham na instituição	52
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1%
Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia	56
Nº de pardos(as) que trabalham na instituição	141
% de cargos de chefia ocupados por pardos(as)	2%
Idade média dos(as) pardos(as) em cargos de chefia	50
Nº de amarelos(as) que trabalham na instituição	27
% de cargos de chefia ocupados por amarelos(as)	2%
Idade média dos(as) amarelos(as) em cargos de chefia	58
Nº de brancos(as) que trabalham na instituição	2.597
Nº de indígenas que trabalham na instituição	1
Nº de estagiários(as)	115
Nº de pessoas com deficiência	122

3 - Aplicação dos recursos	2016 Valor (reais)	
Despesas Totais	R\$ 480.699.252,46	100%
a. Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal) valores no item 5	R\$ -	0,00%
b. Pessoal (salários + benefícios + encargos)	R\$ 327.000.568,11	68,03%
c. Despesas diversas (somatório das despesas abaixo)	R\$ 153.698.684,35	31,97%
Operacionais	R\$ 110.741.216,10	23,04%
Impostos e taxas	R\$ 593.766,89	0,12%
Financeiras	R\$ 41.465.145,82	8,63%
Outras (que devem ser discriminadas conforme relevância)	R\$ 898.555,54	0,19%

6 - Outros indicadores	2016
Nº total de alunos(as)	22.926
	Nº Alunos
	Valores (reais)
Bolsas Integrais	2.861
Prouni	2.078
Bolsa Filantrópica FUNDASP	689
Mérito Acadêmico	7
PEC-G (Itamaraty)	2
Bolsa Filantrópica FUNDASP/DERDIC	85
Nº de alunos(as) com bolsas integrais	2.861
Valor total das bolsas integrais	R\$ 74.297.463
	Nº Alunos
	Valores
Bolsas Parciais	2.198
Bolsa Filantrópica FUNDASP	335
Mérito Acadêmico	16
Mérito Acadêmico e Filantrópica	6
Bolsa Cardeal	31
CAPES	1.294
CNPq	516
Nº de alunos(as) com bolsas parciais	2.198
Valor total das bolsas parciais	R\$ 44.386.135
Nº de alunos(as) com bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa	218
Valor total das bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa	R\$ 816.120
Nº de alunos(as) com Financiamento Estudantil - FIES	1.147
Valor do Financiamento Estudantil - FIES	R\$ 30.948.708

8 - Qualificação do corpo funcional	2016
Nº total de docentes	1.358
Nº de livre-docentes(as)	77
Nº de doutores(as)	848
Nº de mestres(as)	330
Nº de especializados(as)	52
Nº de graduados(as)	51
Nº total de funcionários(as) no corpo técnico e administrativo	1.460
Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)	202
Nº de graduados(as)	474
Nº de pessoas com ensino médio	708
Nº de pessoas com ensino fundamental	37
Nº de pessoas com ensino fundamental incompleto	39

9 - Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social	2016	Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental:	<input type="checkbox"/> não são considerados
O processo de admissão de empregados(as) é:	<input checked="" type="checkbox"/> % por indicação <input type="checkbox"/> [100%] por seleção/concurso		<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos
A instituição desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional?	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input checked="" type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não	A participação de empregados(as) no planejamento da instituição:	<input type="checkbox"/> não ocorre <input type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia
	<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual		<input checked="" type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis - partic. dos empregados nos órgãos colegiados
Se "sim" na questão anterior, qual?	<input checked="" type="checkbox"/> pessoas portadoras de necessidades especiais <input type="checkbox"/>	A instituição possui Comissão/Conselho de Ética para o acompanhamento de:	<input type="checkbox"/> todas ações/atividades <input checked="" type="checkbox"/> ensino e pesquisa
	<input type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/> experimentação animal/vivissecação <input type="checkbox"/> não tem

10 - Outras Informações (HSL)
 A Instituição realiza, ainda, atendimento médico-hospitalar no Hospital Santa Lucinda, sendo que dos 64.662 atendimentos, 50.953 são gratuitos, por intermédio do Sistema Único de Saúde.